

CONSTITUINTE

Exército não abre mão das PMs

GILBERTO ALVES



O representante do Exército, general Gomes, disse que a PM estadual ameaçaria a Federação

Subcomissão discute controle da navegação

O fortalecimento da Marinha Mercante brasileira a fim de evitar manobras antinacionais foi a principal reivindicação feita ontem pela manhã, durante a sessão de audiências públicas realizada pela Subcomissão de Questão Urbana e Transportes da Comissão da Ordem Econômica. O primeiro expositor foi o presidente da Federação Nacional dos Marítimos, Maurício Monteiro Santana, que exigiu que o controle das empresas de navegação de cabotagem fique nas mãos de brasileiros natos.

O representante da Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso,

Paulo Sérgio de Mello Cotta, também fez sugestões para que esta exigência seja incluída no texto na nova Constituição. Em seu entender, a atividade de navegação de cabotagem precisa ser regulada a nível constitucional, tendo em vista, principalmente, sua vital importância para a própria soberania nacional. Segundo Paulo Sérgio Meilo Cotta, o alto valor dos fretes gerados, orçados em 3,5 bilhões de dólares no ano passado, a nível de comércio exterior, faz com que o tema assumam conotações estratégicas. Assegurou que o Brasil precisa aumentar sua capacidade de transporte marítimo, de

longo curso, evitando com isso uma excessiva dependência dos navios estrangeiros, prejudicando a própria balança de pagamentos.

O representante da Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso falou também sobre a necessidade de se criar uma política estável de investimentos para o setor de construção civil, especialmente para as empresas privadas. Atualmente, existem cerca de 5 mil marítimos desempregados que poderiam ser absorvidos a partir de um programa de longo prazo para a renovação da frota nacional.

UBIP sugere acesso livre à informação

O diretor da União Brasileira de Informática Pública (UBIP), Artur Pereira Nunes, defendeu ontem, durante audiência pública na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, que todo cidadão tenha o direito ao acesso às informações a seu respeito contidas em arquivos de dados de qualquer natureza. E o habeas data, que já foi defendido em diversas oportunidades dentro da Subcomissão e tem grande possibilidade de ser incluído no novo texto constitucional.

A partir deste direito, a UBIP quer que seja garantida a correção de informações incorretas em arquivos de dados; defende também a definição de tipos de informação que não devem constar, individualmente, de arquivos de dados, tais como ideologia e privacidade. A União quer ainda garantir o uso da informação para os fins exclusivos aos quais foi solicitada ou cedida.

Na audiência de ontem, entretanto, a discussão maior ficou em torno da adoção ou não de um número único na vida do cidadão. A UBIP é contrária a essa possibilidade, assim como a maioria dos membros da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, por entender que tal prática apresenta dificuldades técnicas e econômicas. Artur Pereira Nunes lembrou que nos anos 70 a adoção de um número único foi estudada, mas não chegou a virar justamente por causa de problemas técnico-científicos.

Legislativo deve atuar na área externa

Os professores Celso Albuquerque Mello e Vicente Marotta Rangel, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo, respectivamente, propuseram ontem na Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, durante audiência pública conjunta, que a nova Constituição do Brasil tenha dispositivos que garantam a participação efetiva do Poder Legislativo na formulação e execução da política externa do País, o que hoje não acontece. Os dois professores sugeriram também que terminados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte seja estruturada uma Comissão de Relações Exteriores forte, com esse mesmo objetivo.

Pompeu salário propõe máximo

O senador Pompeu de Souza (PMDB/DF) apresentou proposta à Constituinte segundo a qual decreto do Executivo passará a fixar periodicamente, além do salário mínimo nacional, o salário máximo. De acordo com a sugestão, o salário máximo compreenderá a soma de ganhos diretos e indiretos, levando em conta a realidade da economia nacional, tanto para a área pública quanto para o segmento privado, de maneira a reduzir, gradativamente, a excessiva disparidade das faixas salariais.

"Não é mais possível que, mesmo numa economia de mercado, tenhamos que conviver com salários mínimos insuficientes para as mínimas necessidades de sobrevivência da grande maioria da população assalariada e, ao mesmo tempo, com salários exorbitantes que constituem verdadeiro escárnio à classe trabalhadora" — sustentou o senador, na justificativa da proposta.

Representando o Ministério do Exército, o general-de-brigada Oswaldo Pereira Gomes contestou ontem na Subcomissão dos Estados a tese de que os estados devem ter competência para legislar sobre suas organizações policiais. Ele disse que, controlando inteiramente a Polícia Militar, o governador de um estado poderoso como o de São Paulo, "poderia falar mais alto do que o próprio Presidente da República", ameaçando a Unidade da Federação. A PM tem efetivos da ordem de 300 mil homens, contra 200 mil da Força Terrestre do Exército.

O general enfatizou a importância da Polícia Militar como reserva dessa força, dizendo que o Brasil necessitaria de 500 mil soldados, se não pudesse contar com o reforço das PMs. "Só para a guarda territorial haveria necessidade de no mínimo 150 mil homens", informou. Apesar disso, ele não se alinhou com quem defende a retirada da PM das funções de policiamento no cotidiano: há uma ociosidade que pode e deve ser aproveitada.

O Ministério do Exército defende, ao contrário da Polícia Militar, que um amplo leque de funções legislativas nesta área fique sob responsabilidade exclusiva da União, incluindo a organização, a instrução e a justiça referentes à PM. Já representantes desta força policial, como seu comandante no Rio Grande do Sul, coronel Jerônimo Carlos Santos Braga, pretendem que a Constituinte dê aos estados a competência

para legislar sobre suas polícias militares, ressalvando que a instrução dos PMs deve ficar sob responsabilidade da União "no que deva ser do conhecimento geral básico", face à virtual "necessidade de ação conjunta". Outro representante da PM, tenente-coronel José do Espírito Santo, de Minas Gerais, queixou-se de que sempre que o tema da Federação é tratado, a corporação é equívocamente atacada por poder ser supostamente um elemento dissociativo. "A PM hoje não tem qualquer capacidade guerreira," argumentou.

CIVIL X PM

Há divergências também entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, quanto às suas respectivas funções. Os policiais civis defendem, em sugestão encaminhada à presidência da subcomissão, que fique sob sua responsabilidade também o policiamento ostensivo e, ao contrário da PM, são favoráveis à criação de guardas municipais.

Para o delegado Zair Dornaica, ex-presidente da Associação dos Delegados de São Paulo, a PM deveria ser "um contingente reservado ao combate à subversão da ordem", para atuar em situações de certa "beligerância". Ele e seu colega Cyro Vidal Soares da Silva, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, criticaram o regime militar de 64 por haver sido priorizado o combate à subversão, em detrimento da segurança pública.

Militares querem votar

Escapando um pouco ao tema da audiência pública de ontem na Subcomissão dos Estados — a competência dos estados-membros na organização das polícias militares — palestrantes fizeram a defesa do direito de voto aos soldados e oficiais de qualquer patente. Esta é também uma posição do Ministério do Exército.

O coronel Lúcio Borges, representante da PM de Goiás, considerou "uma in-

justa discriminação" a sonegação do direito de voto aos PMs, que, a seu ver, teriam "melhores condições de exercê-lo do que os analfabetos e os índios."

O general-de-brigada Oswaldo Pereira Gomes, indagado a respeito por um deputado disse que o Ministério do Exército tem definida posição a este respeito. Quer que todos os seus membros sejam eleitores, à exceção dos recrutados que estejam prestando o serviço militar.

Eleitor começa aos 16

A Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias aprovou ontem, durante reunião ordinária, proposta de direito de voto aos 16 anos. Entre os constituintes presentes, apenas a deputada Anna Maria Rattes (PMDB/RJ) foi contrária à proposta, por entender que os jovens do interior não são tão esclarecidos quanto os das grandes cidades e podem ser facilmente manipulados por candidatos ou partidos.

Os demais constituintes, entretanto, discordaram da deputada. O deputado Uldorico Pinto (PMDB/BA), por exemplo, garantiu que os jovens interioranos, em muitos casos, têm mais consciência política que

os dos grandes centros. O presidente da Subcomissão, deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB/PE) concordou com ele e pediu ao relator, deputado Lysânias Maciel (PDT/RJ), para incluir o voto aos 16 anos em seu relatório. Maciel, que também é favorável à proposta, irá fazê-lo, o que não significa necessariamente a aprovação do voto aos 16 anos.

Antes, a proposta será apreciada pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Se ratificada, passará pelo plenário da Constituinte e só entrará na nova Constituição do Brasil se a maioria dos deputados e senadores for favorável a ela.

Docente pede respeito à cidadania do negro

Como fazer com que o negro no Brasil tenha condição de cidadania plena? Esse é o grande desafio, segundo a professora Helena Teodoro, da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro. "O racismo é uma violência simbólica, tão violenta que temos dificuldade de entender isso", disse ela, afirmando que a mudança passa por um processo de educação. "A grande riqueza do Brasil está nas diferenças, na pluralidade. O que significa viver brasileiro, negramente", afirmou.

A professora Helena Teodoro falou ontem de manhã na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias onde, durante todo o dia, foi discutida a problemática do negro do Brasil. Ela chamou a atenção dos

constituintes para a responsabilidade que tem a subcomissão de fazer enxergar o Brasil real. Um Brasil onde a realidade negra é muito importante, mas que tem o hábito de ser vista pelo mundo ocidental. Só aceita, segundo Helena Teodoro, os valores europeus.

Para que possamos ver o Brasil real, na sua opinião, é preciso começar a mudar a escola brasileira, copiada dos europeus. É necessário modificar a escola, incluir nos currículos a história dos negros, a cultura africana. Segundo ela, a grande riqueza do Brasil está nas diferenças, na pluralidade; e se fizermos uma análise profunda iremos constatar que, basicamente, as coisas que gostamos de fazer é uma fusão da cultura negra com a ciência

européia e a cultura indígena. Nesse sentido, Helena diz que é preciso fazer com que o País cresça sem ter vergonha de si mesmo.

"Não podemos ficar fazendo uma Nação que não é nossa. Um país não pode ser forte e rico se cada um não se considerar forte e rico", afirma. Para a comunidade negra, segunda ela, esse é um momento de luta e todos sabem que será difícil. Helena acha difícil, inclusive, que a subcomissão que trata dessa questão entenda a problemática do negro. Até hoje, como disse, o negro possui cidadania de segunda categoria. Ele tem que ser brilhantíssimo para conseguir alguma coisa. "E negro, mas é muito inteligente. E negro, mas é bonzinho", afirmou.

Artistas exigem um "tratamento digno"

Os artistas brasileiros querem que a nova Constituição reconheça que todo artista é autor de sua criação ou interpretação, para que exista instrumento jurídico que permita a luta de cada um contra interesses políticos e pessoais de patões e do Governo. A tese foi defendida ontem por Jorge Ramos, presidente da Associação de Atores do Rio de Janeiro, que congrega mais de mil profissionais, durante audiência pública na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. Segundo Ramos, apesar de existir uma lei que garante o direito autoral, seu cumprimento nem sempre se dá de forma correta, pois no Brasil "só se defende a propriedade privada de quem detém a riqueza. A lei não é igual para todos".

Em sua exposição, acompanhada com interesse e até alguma surpresa por poucos constituintes que julgavam ser um mar de rosas a vida de artistas, Jorge Ramos disse que a classe não quer privilégios, mas um tratamento justo. "Somos um setor produtivo da sociedade e queremos

GILBERTO ALVES



Ramos: muitas queixas ser tratados de uma forma mais digna, mais correta e mais justa" avisou. Ao traçar um perfil da situação dos trabalhadores em emissoras de rádio e TV nos últimos anos — não só artistas, mas radialistas e jornalistas também — Ramos garantiu que a partir de 1964, quando foi implantada a filosofia de rede no País, diminuiu o número de empregos, a ponto de hoje o direito de um profissional atuar em sua área ter se transformado em privilégio.

Como consequência dessa diminuição do mercado, Jorge Ramos apontou o aviltamento do profissional, que cada vez mais recebe salários menores e tem que se submeter a diversas exigências para manter seu emprego. Os constituintes presentes ficaram sensibilizados com a exposição do presidente da Associação de Atores do Rio de Janeiro e a deputada Lúcia Vânia (PMDB/GO) reiterou a luta e o empenho de cada um deles para que sejam melhoradas as condições de trabalho e de vida desses profissionais.

Jorge Ramos levantou também a questão do monopólio das emissoras de rádio e TV. Ele defendeu a reestruturação dos critérios para concessões, de maneira que elas sejam feitas "à luz das necessidades da sociedade, respeitando as diferenças regionais, para assegurar ao homem o direito de trabalhar em sua terra". Para que isso seja possível, Jorge Ramos defendeu que pelo menos 70 por cento da produção de emissoras de rádio e TV sejam locais.

Louzeiro defende os autores

Reserva de mercado, arrecadação, a manutenção da isenção do ICM para editores comprometidos com a cultura nacional, linha de crédito para o livreiro que trabalha preferencialmente com autores brasileiros, barateamento do papel e regulamentação da profissão de escritor e de editor foram as principais reivindicações levadas à Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais pelo presidente da Associação dos Escritores do Rio de

Janeiro, José Louzeiro. A audiência concedida ao escritor serviu para debater o principal problema da categoria, o direito autoral, e a situação de "faroeste literário" que, segundo ele, enfrentam os autores em todo o Brasil.

A reunião da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais gerou um intenso debate sobre o assunto, que contou com a participação de parlamentares e do público presente. O deputado Artur da Távola

(PMDB-RJ), relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, compareceu à audiência e questionou o escritor quanto ao papel do Estado no exercício da censura às obras literárias e artísticas em geral. Para José Louzeiro, o Governo deveria transferir à comunidade, através de órgãos representativos das diversas atividades culturais, a função de coordenar a veiculação de obras.

Municípios poderão se tornar locadores

"Separar uma quantidade de unidades habitacionais construídas para o aluguel, com a finalidade de o Poder Público Municipal vir a ser o regulador do mercado imobiliário de locação" é uma das propostas apresentadas ontem à Subcomissão dos Municípios e Regiões pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam).

O documento entregue pelo Conam assinala que "a política centralizadora, autoritária e antidemocrática dos militares" esvaziou os municípios de recursos e "acabou com sua autonomia política" e defende um retorno mais justo dos tributos arrecadados.

SEM-CASA

O problema da habitação foi enfatizado por aquela entidade e pelo presidente da União dos Moradores das Vilas 1º de Outubro e 2º de Setembro, Elgito Boaventura, um dos principais líderes comunitários da tumultuada Zona Leste de São Paulo, onde a guarda municipal do prefeito Jânio Quadros há pouco matou um invasor de terras.

A união de moradores presidida por Elgito e as Comissões de Ocupantes da Zona Leste da Capital querem a suspensão imediata de todas as liminares de despejo, o fim da violência e da repressão policial, a compra, pelo Governo do Estado, das áreas ocupadas e o repasse das áreas aos atuais ocupantes, "de acordo com a capacidade

de pagamento de cada família". Como o Conam, defendem a instituição de um princípio constitucional que garanta a todos o direito à moradia.

VEREADORES

A garantia do direito à moradia é uma proposta também da União dos Vereadores do Brasil, que participou da audiência pública de ontem na Subcomissão dos Municípios e Regiões, à qual apresentou uma série de sugestões, principalmente de cunho municipalista.

Os vereadores brasileiros querem uma reforma política, "onde as prerrogativas retiradas pelo arbítrio sejam retomadas", uma reforma tributária e uma reforma administrativa. Eles postulam imunidade parlamentar — assunto já tratado em várias sugestões de constituintes —, desejam legislar sobre matérias administrativas, financeiras e tributárias e pretendem ver acabado o direito do Executivo de legislar por decretos-lei.

Defendem também a estatização e municipalização de serviços essenciais, como transporte coletivo, saúde e educação até o 1º grau, e a instituição de Câmaras Metropolitanas, para deliberação sobre questões comuns aos municípios destas áreas. Querem, ainda, inverter o processo de recolhimento de impostos, passando o município a separar sua parcela antes de lançar os recursos na conta do Estado e da União.